

O INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO E OS MODERNISTAS: QUESTÕES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

*The National Institute of Book (Instituto Nacional do Livro) and the modernists: questions on Brazilian
History of Education*

Marcus Vinicius Corrêa Carvalho*

RESUMO

Após apresentar o escopo geral da pesquisa fundada nas relações entre educação e estética, este artigo trata das ações perpetradas pelo Instituto Nacional do Livro sob responsabilidade do Ministério da Educação e Saúde Pública na administração de Gustavo Capanema, enfatizando as atuações de Mario de Andrade e de Sergio Buarque de Holanda, como chefes das respectivas seções: Seção da Enciclopédia e do Dicionário e Seção de Publicações. São destacados os projetos formativos educacionais, sublinhando as iniciativas que lançam questões ao campo de investigação da história da educação.

Palavras-chave: História da Educação – Instituto Nacional do Livro – Intelectuais Brasileiros – Modernismo Brasileiro – Mario de Andrade – Sergio Buarque de Holanda

ABSTRACT

After presenting the general scope of this research, which situates itself between the fields of Education and Aesthetics, the paper analyses some initiatives put into practice by the extinct *Instituto Nacional do Livro* (National Book Institute). The Institute, under the aegis of the Ministry of Education and Public Health in the Gustavo Capanema era, had as members of its board of directors Mario de Andrade and Sergio Buarque de Holanda, the former heading the Encyclopedia and Dictionary Section and the latter the Publishing Section. Some educational projects are scrutinized and those initiatives relevant to the field of the History of Education are highlighted and discussed.

Key-words: History of Education – Instituto Nacional do Livro – Brazilian Intellectuals – Brazilian Modernism – Mario de Andrade – Sergio Buarque de Holanda

Este artigo apresenta alguns resultados parciais da investigação ora em curso para cumprimento das exigências da residência pós-doutoral cujo projeto de pesquisa se intitula “Educação e estética na especulação modernista sobre a questão da formação da identidade brasileira (1920-1940)”. Nele, as trajetórias de Sergio Buarque de Holanda e Mario de Andrade são tratadas, dentro do período circunscrito, a fim de entender como

* Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas, com estágio de pós-doutorado em História da Educação na Universidade Federal de Minas Gerais, sob a supervisão do Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho. Professor de História da Educação do Setor de Fundamentos Pedagógicos da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. E-mail: marcuscarvalho.uff@gmail.com

e em que se constituem as relações entre pensamento estético e interpretação histórica em sua produção crítica, seja ela cultural, literária ou histórica. Importa observar o desenvolvimento de uma especulação estética expressa como consciência crítica da realidade brasileira, ao longo das trajetórias e das intervenções desses polígrafos nas diversas instituições de cultura letrada em que desenvolveram suas carreiras e perpetraram sua profissionalização em atividades intelectuais. Desses escritores modernistas brasileiros, interessa, nessa medida, acompanhar os debates, e delimitar os embates, estéticos e éticos, que alicerçaram sua ação intelectual e uma definição ontológica do que seja o brasileiro, argumentando que na disputa de seus projetos, eles estruturaram bases epistêmicas e institucionais para perguntar e intervir sobre a “formação de uma identidade nacional brasileira”.

Essa questão que arranja a atividade continuamente modeladora, motivadora, disseminadora e formadora do estético com o problema da formação brasileira conforme apresentado na trajetória e nas reflexões de Sérgio Buarque de Holanda e de Mário de Andrade, sustenta-se em uma perspectiva que amalgama estética e educação em relação indissociável. Dentre outros nexos dessa relação, um é especialmente caro à perspectiva desta pesquisa: aquele que se vislumbra no trato do conceito alemão *Bildung*. Conceito fulcral no século XVIII alemão, mas não menos importante no âmbito do pensamento educativo e estético no século XX.

O termo alemão *Bildung*, que está em relação etimológica com o verbo *bilden*, “formar”, e com o substantivo *Bild*, “imagem”, “figura”, pode ser traduzido por “formação”. O termo guarda relação com *Gebilde*, cujo significado literal é “uma formação já feita e consolidada”: uma construção, uma configuração¹. Assim, de um modo geral, *Bildung* significa “cultura”, podendo ser considerado o duplo germânico da palavra latina *Kultur*. Todavia, *Bildung* remete a vários outros registros, como *Einbildungskraft*, imaginação, *Ausbildung*, desenvolvimento, *Bildsamkeit*, flexibilidade ou plasticidade, *Vorbild*, modelo, *Nachbild*, cópia, e *Urbild*, arquétipo².

Antes de mais, o termo *Bildung* refere-se ao grau de “formação” de um indivíduo, de um povo, de uma língua, de uma arte, estando intimamente relacionado à problemática estética, guardando igualmente forte conotação pedagógica ao designar a formação como processo. O conceito de *Bildung*, sendo referido à formação como processo, serve como uma importante ancoragem interpretativa para esta investigação. Afinal, sendo traduzido como formação, ele significa uma cultura em formação, isto é, aquela cultura que um indivíduo possui como resultado de sua formação nos conteúdos da tradição, um indivíduo cultivado. *Bildung* designa, assim, o processo pelo qual se adquire cultura, como também esta cultura mesma, enquanto patrimônio pessoal do homem culto. Nessa medida, ele está também estreitamente vinculado às idéias de ensino, aprendizagem e competência pessoal³. Dessa maneira, *Bildung* designa também o modo especificamente humano de dar forma às disposições e capacidades naturais do homem⁴.

¹ Hans-Georg Gadamer. *Verdad y método: fundamentos de una hermenêutica filofilosófica*. Salamanca: Sígueme, 1977. p. 154. Ver nota 16.

² Antoine Berman. *Bildung et Bildungsroman. Le temps de la réflexion*, v. 4, Paris, 1984. p. 142.

³ Hans-Georg Gadamer. *Ob.cit.* p. 38. Ver nota 11.

⁴ Idem, *ibidem*. p. 39.

No entanto, a amplitude semântica já sublinhada do termo *Bildung* alarga seu interesse heurístico, abrangendo, além do grau de “formação” de um indivíduo, também a formação de um povo, de uma língua, de uma arte. Pode-se dizer, nessa medida, com Hans-Georg Gadamer, que “[n]o conceito de formação é onde mais claramente se faz perceptível quão profunda que é a mudança espiritual que nos permite sentirmos todavia, em certo modo, contemporâneos do século de Goethe e ao contrário considerar a época barroca como uma espécie de pré-história”⁵.

As implicações desse complexo campo semântico para o pensamento de Buarque de Holanda e Mario de Andrade sobre a formação da identidade brasileira, como faço ver, são objeto de especulação crítica neste empreendimento de pesquisa. No entanto, neste artigo tratar-se-á especificamente de algumas questões e de alguns temas relativos ao período em que ambos os escritores dedicavam-se ao Instituto Nacional do Livro após terem atuado na Universidade do Distrito Federal, recém desarticulada pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Para tanto, é necessário apresentar algumas informações pertinentes ao INL.

Da criação do Instituto Nacional do Livro.

O instituto foi criado pelo decreto nº 93, de dezembro de 1937, que determinava que o Instituto Cairu fosse transformado em Instituto Nacional do Livro. As finalidades da instituição eram quatro, conforme definidas neste ato de criação: “organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, revendo-lhes as sucessivas edições”; “editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional”; “promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição do livro no país, bem como facilitar a importação de livros estrangeiros”; “incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional”. O decreto definia a subdivisão da instituição em três seções, a Seção da Enciclopédia e do Dicionário, a de Publicações e a de Bibliotecas⁶. O decreto era assinado por Getúlio Vargas e Gustavo Capanema, a quem o instituto era diretamente subordinado pela relação institucional com o Ministério da Educação e da Saúde Pública.

A referência ao decreto de criação do INL possibilita a percepção de sua função na estrutura do governo Vargas no que tange a promoção da “cultura nacional”, como

⁵ Idem, *ibidem*. p. 38. A época do classicismo alemão não apenas havia conquistado uma renovação da literatura e da crítica, da estética, com a qual havia superado o absoluto ideal do gosto barroco e do racionalismo da Ilustração, mas também, ao mesmo tempo, havia dado ao conceito de humanidade, a este ideal da razão ilustrada, um conteúdo inteiramente novo. Foi, sobretudo, Johann Gottfried Herder quem pretendeu vencer o perfeccionismo da Ilustração mediante o novo ideal de uma “formação do homem”, contribuindo para que o conceito de formação adquirisse a preponderância de sua validade como a “mais importante idéia do século XVIII (...)”. A formação passa, então, a ser algo estreitamente vinculado ao conceito de cultura em uma cunha herderiana que se desenvolve entre Immanuel Kant e Georg W.F. Hegel, sem deixar ainda de considerar a distinção prevista entre cultura e formação por W. von Humboldt: “Mas quando em nosso idioma dizemos ‘formação’ nos referimos a algo mais elevado e mais interior, ao modo de perceber que procede do conhecimento do sentimento de toda a vida espiritual e ética e se derrama harmoniosamente sobre a sensibilidade e o caráter”. Cf. Hans-Georg Gadamer. Ob.cit.. pp. 37-39.

⁶ “Decreto-lei nº 93 – de 21 de dezembro de 1937 – Cria o Instituto Nacional do Livro”. Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

medium de forja educativa a favorecer parâmetros de formação da entidade e da identidade brasileiras, fornecendo subsídios para a instrução pública no país. Como se vê pelo interesse, por exemplo, em promover a produção e a circulação livreira no país e incentivar a organização e manutenção de bibliotecas públicas ao longo do território nacional.

Um Dicionário de Língua Nacional, aliás, estava nos planos do Ministro da Educação e da Saúde Pública há alguns anos, pelo menos desde 1936, como se depreende de uma carta do Padre Augusto Magne para Gustavo Capanema. Escrita em papel com timbre da Livraria, Papelaria, Litografia e Tipografia Pimenta de Mello & Cia., o padre apresentava ao Ministro na missiva um plano de publicação para o dicionário, com orçamento e preço proposto para a venda.

Magne aproveitava o interesse de Capanema por seus “trabalhos lexicológicos”, para apresentar-lhe o esboço, o qual, segundo ele, comportava uma “seriedade e um dispêndio de esforços pouco de molde a despertar interesse em editores que tudo encaram através do lucro imediato”. A proposição do Padre Magne era a de que aqueles recursos materiais escassos em tipografias particulares, como a de Pimenta de Mello que o contratara, representariam “para o ministério apenas leves despesas iniciais, logo compensadas com a venda dos fascículos”. Em relação aos custos de seu próprio trabalho, ele garantia que, avaliando a natureza do empreendimento, seu “espírito está de todo alheio a intuítos comerciais”. Ele só não poderia prescindir, “para atirar-se ao trabalho com todo o brio e entusiasmo”, de “conforto moral” e de “adminículos materiais inacessíveis a quem só dispõe de boa vontade”⁷.

As negociações foram longas, de modo que, um ano depois, elas ainda se desenrolavam. Boa parte do processo de negociação de Magne com o Ministério da Educação e da Saúde Pública pode ser acompanhada por cartas suas a Carlos Drummond de Andrade, secretário do Gabinete do Ministro, ou, para o próprio Capanema. Em janeiro de 1937, Magne escreveu para Drummond de Andrade, mandando-lhe um fascículo com o plano geral e reafirmando seu desejo de “só prestar um serviço à nação”. Os termos da carta eram próximos àqueles de um ano antes, porém, nesta seguiam os pontos que deveriam ser especificados em um “documento oficial que garanta, por parte do ministério, o compromisso de editar o Dicionário”. Dentre as cláusulas, havia a que estipulava os direitos autorais, 1\$500 rs. por exemplar, do dicionário maior, ou do abreviado, e, \$600 rs. por exemplar do boletim. Outra cláusula garantia livre acesso do autor aos “auxílios de ordem bibliográfica”, que houvesse ele por bem consultar, mesmo depois de depositados na Casa de Rui Barbosa, que ele indicava como destino propício das obras adquiridas pelo Ministério⁸.

⁷ Correspondência ativa. Gustavo Capanema. Rio de Janeiro, 3 de março de 1936. Coleção Augusto Magne – Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

⁸ Correspondência ativa. Carlos Drummond de Andrade. Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1937. Coleção Augusto Magne – Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

Em fevereiro, Magne escrevia ao Ministro firmando sua proposta, mas, agora, mudando os direitos autorais e reiterando não ter “finalidades mercenárias ou subalternas”. Na própria folha da carta vinha o despacho do Ministro, determinando que fosse feita a “impressão apenas do dicionário grande”, em volumes e não em fascículos. Sobre o valor dos direitos autorais era esse o comentário de Capanema: “parece ter havido equívocos na enunciação da cláusula da gratificação”. Em relação aos “subsídios bibliográficos”, o Ministro determinava que seguissem para a Biblioteca Nacional. Na última cláusula, Augusto Magne fizera constar que, no caso de o ministério suspender a publicação, o autor entraria na “posse de todos os exemplares então existentes”. Segundo Gustavo Capanema, essa cláusula deveria ser redigida de modo que “obrigue o autor a dar os originais em curto prazo e o ministério a publicá-los imediatamente”⁹.

No dia cinco, Drummond manuscruvia uma nota para Capanema, em papel do Gabinete do Ministro da Educação e da Saúde Pública, comunicando que o padre Magne concordava com “todas as alterações propostas por V. Exc.”. Sobre os direitos autorais, a nova proposta era de dez por cento do preço do exemplar vendido: 5\$000 rs. em 50\$000 rs. Quanto à rescisão contratual com Pimenta de Mello, o padre pediu que ficasse a cargo do ministério, “pois se ele mesmo o fizer, a firma talvez queira indenização exagerada”¹⁰. Magne tentava outra proposta, que ele mesmo qualificava como “bastante clara e, ao mesmo tempo, latifundiária”, ele precisava firmar o acordo para “poder prosseguir no trabalho que requer calma e estabilidade”. Ele rogava ao Ministro que se dignasse a “solucionar quanto antes o caso”, agradecendo antecipadamente¹¹.

No dia vinte e seis, o padre voltou a datilografar uma carta para o Ministro, agora, participando que depois de “longas reflexões”, ele chegara à conclusão que não poderia, “por muitos motivos”, abrir mão de certas condições: liberdade de redação e ortografia, publicação em fascículos, aproveitamento do material já composto, e conclusão do primeiro volume com o impressor comprometido. O padre Magne contava com “o generoso mecanismo de V. Exc.”¹². Ainda em setembro daquele ano nada tinha sido resolvido, e o padre lembrava a “promessa que V. Exc. me fez de publicar o meu dicionário”, confiante que o Ministro estivesse “disposto a manter sua palavra”¹³.

Por fim, apesar de o padre ter concordado com as condições impostas pelo Ministério, o caso do Dicionário nunca se resolveu, mas através dessas negociações frustradas tem-se boa noção dos mecanismos de arranjo dos projetos do INL, com intermediações diretas do secretário do Ministério da Educação e da Saúde Pública, Carlos Drummond de Andrade, com negociações mediadas por relações de personalidade entre autores e empresas privadas com o M.E.S., e com o livre trânsito das hostes católicas no

⁹ Correspondência ativa. Gustavo Capanema. Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1937. Coleção Augusto Magne – Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

¹⁰ Correspondência de Carlos Drummond de Andrade com Gustavo Capanema. Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1937. Coleção Augusto Magne – Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

¹¹ Correspondência ativa. Gustavo Capanema. Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1937. Coleção Augusto Magne – Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

¹² Correspondência ativa. Gustavo Capanema. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1937. Coleção Augusto Magne – Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

¹³ Correspondência ativa. Gustavo Capanema. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1937. Coleção Augusto Magne – Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

Ministério Capanema, o que se revelou determinante, por exemplo, na influência exercida por Alceu Amoroso Lima na criação da Faculdade Nacional de Filosofia após o desmonte da UDF¹⁴.

Sobre a atuação de Sergio Buarque de Holanda no INL.

Depois de extinta a Universidade do Distrito Federal, na qual Sergio Buarque de Holanda fora professor assistente, ele foi convidado pelo Diretor Geral do Instituto Nacional do Livro, e seu amigo, o gaúcho Augusto Meyer, para chefiar a Seção de Publicações. Meyer era recém chegado ao Rio de Janeiro para onde veio especialmente para o exercício do cargo. No INL, sempre acompanhado por velhos amigos como Rubens Borba de Moraes e Mario de Andrade, Sergio Buarque teve a oportunidade de fazer a vez de editor, decidindo sobre traduções, sugerindo, aprovando ou dispensando publicações e buscando parcerias com casas editoras privadas.

A Seção de Publicações era a mais valorizada do instituto e durante sua chefia Sergio Buarque emitiu vários pareceres sobre escritores e livros candidatos à publicação, que permitem observar sua atuação e prática editorial frente a uma instituição pública. Além disso, ele planejou o desenvolvimento de algumas séries e coleções que permitem vislumbrar o alcance das pretensões de alguns de seus projetos editoriais relativos à educação e à cultura nacional.

O primeiro dos pareceres de Sergio Buarque foi datado de 23 de novembro de 1939, dirigindo-se ao diretor do instituto para fazer ver que a petição encaminhada por Jorge A. Maia ao Ministro da Educação, propondo que fosse lançado regularmente um “catálogo bibliográfico ‘de toda nossa atividade cultural’”, já constava do seu programa de publicações. Segundo Buarque de Holanda, sua seção estava trabalhando nesse sentido “há alguns meses”, estando em vias de publicação do “Anuário Bibliográfico e [d]o Boletim do Instituto Nacional do Livro”. Publicações que atenderiam precisamente essa aspiração, “que é a de quantos se interessam efetivamente pelo progresso de nossa cultura nacional”. Ele ainda acrescentava que seria desejável que pudessem contar ambas com as “valiosas sugestões” do médico paulista em trabalhos futuros, afinal sua “proficiência em assuntos atinentes a esta seção foi cabalmente demonstrada com a publicação do Índice Bibliográfico Médico Paulista e do Índice Bibliográfico Médico Brasileiro de 1937”¹⁵.

Na primeira quinzena de dezembro, Buarque de Holanda voltava a se dirigir ao diretor, comentando sobre Maia e sua produção. Ele lembrou a Augusto Meyer sua comunicação de novembro, quando referiu aos índices bibliográficos elaborados pelo médico, comentando que tinha tido a oportunidade de verificar, em São Paulo, sua “excelência e utilidade”. Sergio Buarque avisava que Jorge Maia tinha “quase concluído o Índice bibliográfico médico brasileiro para 1939”, e que ele tomara a iniciativa, por parecer-lhe “de bom alvitre”, de sugerir que houvesse um “entendimento entre o Instituto

¹⁴ *Apud*, Simon Schwartzman et alli. *Tempos de Capanema. São Paulo: Paz e Terra*; FGV, 2000. pp. 230-235.

¹⁵ Parecer de Sergio Buarque de Holanda. INL, 23 de novembro de 1939. Setor de publicações: pareceres (1939-1950). Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

Nacional do Livro e o autor, no sentido de ser efetuada pelo Instituto a publicação dessa obra”. Sergio Buarque, dizendo-se ciente da concordância de Maia, defendia a edição, acreditando que sua realização constituiria “não apenas um empreendimento de grande alcance cultural e uma contribuição de indiscutível utilidade”. Ele visava, sobretudo, a possibilidade de que a publicação dessa obra fosse “também ponto de partida para o lançamento regular de repertórios bibliográficos especializados por parte do Instituto Nacional do Livro”¹⁶.

No mesmo onze de dezembro, Sergio Buarque escrevia outro parecer para seu diretor Augusto Meyer, em papel com o seguinte timbre: “M.E.S. – Comissão Nacional do Livro Didático”. O texto vinha escrito de ponta cabeça em relação ao timbre. O assunto era ainda aquele de que tratara na missiva anterior: a necessidade de tornar regulares as publicações de repertórios bibliográficos especializados. Buarque de Holanda comunicava a seu diretor que, diante dessa necessidade, e “considerando a importância crescente e a amplitude que vêm tendo entre nós os estudos sobre problemas pedagógicos”, ele se informara sobre os trabalhos realizados no Instituto Nacional dos Estudos Pedagógicos. A idéia de Buarque de Holanda era que fosse feita a “organização do material bibliográfico a respeito”. Para tanto, depois da autorização de Meyer, ele já tinha se entendido com o professor Lourenço Filho, diretor daquele instituto e seu colega como antigo diretor da Escola de Educação da Universidade do Distrito Federal¹⁷.

Manuel Bergström Lourenço Filho, por seu turno, teria acolhido com satisfação o intento de lançar regularmente catálogos bibliográficos de estudos pedagógicos, “mediante uma cooperação entre o INEP e o Instituto Nacional do Livro”. Sergio Buarque argumentava que a publicação regular desses estudos e do índice bibliográfico médico, constituiria uma “contribuição estimável para a organização das bibliografias especializadas de que tanto carecemos, e que figuram no programa de publicações” do Instituto Nacional do Livro. Dessa forma, o instituto, além da “Bibliografia Geral”, poderia oferecer mais dois repertórios anuais regulares. Daí, com o “tempo e a experiência adquirida nessas publicações”, eles teriam “elementos para ampliar progressivamente” a série de publicações especializadas “segundo um critério uniforme”¹⁸.

No dia seguinte, dia doze de dezembro, o Diretor do INL remetia ao Chefe de Gabinete do Ministro Capanema dois anexos com os pareceres de nºs 43 e 44 referindo-se ao plano das séries especializadas. Augusto Meyer comunicava a Carlos Drummond de Andrade que os contatos com Jorge Maia e Manuel Bergström Lourenço Filho, tinham se dado pelo intermédio do amigo comum e Chefe da Seção de Publicações. Ele fazia ver que, uma vez aprovado esse plano pelo Ministro, o Instituto Nacional do Livro estenderia a outros “setores culturais” a sua iniciativa, promovendo a elaboração, “por especialistas”, de “repertórios bibliográficos regulares de direito, de literatura, etc”¹⁹. Esse plano de

¹⁶ Parecer de Sergio Buarque de Holanda. Informação nº 43. INL, 11 de dezembro de 1939. Setor de publicações: pareceres (1939-1950). Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

¹⁷ Parecer de Sergio Buarque de Holanda. Informação nº 44. INL, 11 de dezembro de 1939. Setor de publicações: pareceres (1939-1950). Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

¹⁸ Idem, *ibidem*.

¹⁹ Parecer de Augusto Meyer. Informação nº 43 e 44, SP. INL, 12 de dezembro de 1939. Setor de publicações: pareceres (1939-1950). Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

publicação de Sergio Buarque, já mais bem definido, repercutiu junto ao Ministro da Educação e da Saúde Pública em fevereiro de 1940, quando o diretor Augusto Meyer escreveu para ele apresentando o “programa de publicações” da seção para o exercício do ano corrente. O objetivo era publicar “uma coleção de bibliografias”, de acordo com o “projeto da seção”, que previa quatro séries distintas: “Bibliografias dos grandes autores brasileiros”; “Bibliografias críticas”; “Bibliografias documentais”; “Bibliografias especiais ou especializadas”²⁰.

O primeiro item da série, “Bibliografias dos Grandes Autores”, era proposta não apenas por sua “utilidade como repertório bibliográfico de consultas sobre determinados autores”, mas também pelo aspecto “dos serviços técnicos” do Instituto Nacional do Livro, servindo assim como “trabalho preparatório” para o lançamento da “Coleção de obras completas dos grandes autores brasileiros”. Meyer justificava o primeiro aspecto pela “carência de bons repertórios bibliográficos”, que obrigava “o pesquisador”, “o crítico” e “o leitor curioso da história da literatura” a lutar com as “maiores dificuldades, muita vez na resolução de questiúnculas irritantes, porém indispensáveis ao conhecimento geral da matéria em exame”. A idéia apresentada por Augusto Meyer era criar uma série com o “registro minucioso e cronológico” da produção dos grandes autores acrescido da bibliografia sobre essa mesma produção, além de resumo biográfico, reproduções fac-similares e “alguns retratos escolhidos”. No tocante ao outro aspecto, Meyer evidenciava a importância de tal preparação para a Coleção de Obras Completas, mostrando, como exemplo, que o material preparatório para as “Obras completas de José Bonifácio” constituiria “excelente bibliografia, sem dúvida muito mais desenvolvida que a ‘Bibliografia andradina’ de Remígio de Belide”²¹.

Antes de comentar o próximo item, Augusto Meyer comunicava ao Ministro que, naquele momento, e dentro da mesma série, atendendo as deliberações da Comissão do Centenário, presidida por Gustavo Capanema, o Instituto Nacional do Livro acabava de executar a “Bibliografia de Casimiro de Abreu”, em um volume, e a de Machado de Assis, em dois. Ambas, com uma primeira parte constituída pela bibliografia do autor, uma segunda com a bibliografia sobre ele, com resumo biográfico, fac-símiles e fotografias. Além de fazer ver ao Ministro que estavam em preparo, esperando apenas a revisão definitiva, as bibliografias de Tavares Bastos, de Tobias Barreto e de Anchieta²².

Com a série “Bibliografias Críticas”, o interesse do instituto, segundo seu diretor, era de “apresentar alguns trabalhos mais desenvolvidos”, nos quais deveriam constar, além daquelas relações bibliográficas indicadas para o item anterior, comentários e notas críticas, “resumos de contexto ou cotejos de textos e variantes”: a “contribuição pessoal de um especialista ou estudioso na matéria versada”. Nesse caso, apontava Meyer, estava a “Bibliografia gonçalviana”, trazendo “catálogo comentado das obras” de Gonçalves Dias, uma contribuição da “nossa maior autoridade em assuntos gonçalvianos”. A pretensão era

²⁰ Parecer de Augusto Meyer. Informação n° 49. INL, 7 de fevereiro de 1940. Setor de publicações: pareceres (1939-1950). Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

²¹ Idem, *ibidem*.

²² Idem, *ibidem*.

lançar ainda na vigência do ano aquela “obra, única no gênero entre nós, pela importância dos comentários e da documentação crítica, representando o esforço de uma vida inteira”²³.

Augusto Meyer anunciava, com orgulho, que estava programada, ainda para aquele mesmo ano, a publicação de uma obra de Wolfgang Hoffmann-Harnisch, feita especialmente para o Instituto Nacional do Livro. O nome da obra era “Goethe e o Brasil”, “bibliografia do maior interesse que está sendo traduzida pelo Chefe da seção de publicações”, Sergio Buarque. Augusto Meyer comunicava ainda a elaboração de uma “Bibliografia amazônica”, de Gastão Cruls, e uma “Bibliografia do período holandês no Brasil”, de José Honório Rodrigues e José Antonio Gonçalves de Melo Neto²⁴.

Na série “Bibliografias Documentais”, a proposta era que o Instituto Nacional do Livro iniciasse a publicação de um “gênero bibliográfico desconhecido no país”, sugestão nascida de “certas publicações” lançadas pela *Facultad de Filosofia y Letras*, de Buenos Aires, que traziam o título de “Publicaciones del Instituto de Investigaciones Históricas”. Esta série, conforme previa o diretor do INL, teria tratamento especial. Segundo ele, “as bibliografias desta casta” caracterizar-se-iam, sendo “mais complexas” que a simples bibliografia crítica, pelo “aproveitamento de documentação inédita”, e ainda pela anotação erudita. Além disso, ficava a série reservada para os “casos especiais de arquivos importantes, de acesso difícil para a média dos consulentes, por falta de uma classificação metódica da documentação”. O critério adotado seria o mesmo utilizado na “Bibliografia documental para a história do Rio Grande do Sul”, de Aurélio Porto, de que Meyer fazia questão de destacar o “enorme aproveitamento de material inédito”, “profusamente anotado e transcrito”, e mais a “classificação e anotação da bibliografia já conhecida sobre o mesmo assunto”. Talvez, ele o quisesse na série, pois avisava ao Ministro que o “primeiro volume, tratando das missões jesuíticas, está quase concluído”²⁵.

Em relação às “Bibliografias Especiais ou Especializadas”, Augusto Meyer explicava que a idéia de aproveitar os trabalhos de Jorge Maia e Lourenço Filho não foi ditada apenas pela oportunidade. Segundo ele, desde o exercício anterior, a diretoria sentia a “necessidade de subdividir os diversos setores da produção cultural brasileira”, a fim de poder “desenvolver e aperfeiçoar” a sua atividade nesse campo. Meyer afirmava ter aproveitado a “boa vontade dos estudiosos” para utilizar trabalhos já em andamento, “dignos de serem programados nas publicações do instituto”. Nesse caso, asseverava o diretor, cabiam bem os trabalhos de Maia e Lourenço, “tomados como verdadeiros modelos, no gênero”.

Augusto Meyer buscava a aprovação do Ministro Capanema para sua publicação, pois a partir disso o instituto estenderia essa atividade a outros setores culturais, como direito e literatura. Ele expunha que a publicação da série não interferiria na do “Anuário”

²³ Idem, *ibidem*.

²⁴ Idem, *ibidem*. Note-se que o livro de Hoffmann-Harnisch não consta das publicações do INL, exposta em uma sua publicação oficial, *Instituto Nacional do Livro: 1937-1987 – 50 anos de publicações*. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1987.

²⁵ Parecer de Augusto Meyer. Informação nº 49. INL, 7 de fevereiro de 1940. Setor de publicações: pareceres (1939-1950). Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

do Instituto Nacional do Livro, a não ser na medida em que ficaria reservado para as “Bibliografias especiais ou especializadas” o registro da produção aparecida em jornais e revistas. Meyer aproveitava para requerer autorização para o instituto publicar, no Serviço Gráfico do Ministério da Educação e da Saúde Pública, os trabalhos que estavam prontos para o prelo: das “Bibliografias dos grandes autores brasileiros”, as de Machado de Assis e Casimiro de Abreu; nas “Bibliografias críticas”, a gonçalviana; nas “especiais”, os trabalhos de Jorge Maia e Lourenço Filho²⁶.

Parece lícito supor que esse projeto para a Seção de Publicações fosse elaborado com uma contribuição não apenas direta, mas decisiva de Sergio Buarque de Holanda. Não soa excessivo observar as linhas gerais de cada uma das três séries propostas como temáticas caras aos estudos que ele desenvolveu naqueles anos antecedentes. Afinal, uma das séries era de bibliografias sobre grandes autores da literatura brasileira, iniciada com dois volumes sobre Machado de Assis, que seria a “flor” da “planta de estufa” que Buarque de Holanda definia como sendo o romantismo brasileiro em *Raízes do Brasil*²⁷. Outra série programada era a de “bibliografias críticas”, que estrearia com a “gonçalviana”. Uma terceira, ainda, era a série de “bibliografias documentais”, inspirada nas publicações de um instituto de investigações históricas. Sobre a proposta da quarta série de bibliografias, vale lembrar, que figurava do programa anterior do Instituto Nacional do Livro, como o próprio Sergio Buarque fazia ver na “Informação nº 44” sobre as tratativas com Lourenço Filho. Assim, nesses projetos do INL estavam englobados seus estudos sobre história e crítica da literatura brasileira e o interesse pelas fontes documentais e historiográficas.

A exploração da experiência na atividade editorial permite vislumbrar o desenvolvimento institucional de alguns dos projetos intelectuais em relação à educação de Buarque de Holanda. Desde aí, é possível também inferir, pelo o que se sugere, uma inflexão definidora da trajetória intelectual de Buarque de Holanda em relação aos seus projetos historiográficos que se processou naqueles anos, bem como a profissionalização das práticas sociais de atividade escrita em desenvolvimento no período. A investigação do Instituto Nacional do Livro é especialmente importante para sugerir a influência de amizades e de prestígios pessoais na estruturação das redes sociais de produção intelectual no Brasil de então. Em certa medida, o INL significou a oportunidade para antigos amigos e companheiros de refregas literárias modernistas avançarem, cada vez mais, na tessitura dos aspectos institucionais da rede de relações sociais de produção intelectual, ocupando postos importantes para a construção de um espaço de legitimação institucional para suas práticas e atividades culturais como escritores.

Sobre a Enciclopédia Brasileira de Mario de Andrade como instrumento formador.

Seis meses depois da criação do INL, em junho de 1938, pouco antes de assumir a direção do Instituto de Artes da Universidade do Distrito Federal, Mario de Andrade escreveu para Carlos Drummond, em papel timbrado do Departamento da Cultura da

²⁶ Idem, *ibidem*.

²⁷ Sergio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936. p. 126.

Prefeitura Municipal de São Paulo. Na carta, ele comentou com o amigo que recebera correspondências de Augusto Meyer e de Rodrigo Mello Franco de Andrade, então diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico, também ligado ao Ministério de Gustavo Capanema, avisando que o Ministro estava se “caceteando aí por minha causa”. O Ministro Capanema, segundo teriam relatado os dois, “foi ou vai ao presidente pretendendo me dar a diretoria ou coisa que o valha do Departamento dos Teatros”²⁸.

Mario de Andrade adiantava-se, entretanto, à convocação, confessando “lealmente” a Carlos Drummond que ele preferia “coisa mais modesta e obscura”. Ele fazia valer sua proximidade com Capanema e o interesse do Ministro, confessando que “o tal lugar de chefe da seção do Dicionário e enciclopédia, do Instituto do Livro, me agrada bem mais”. Desta forma ele afirmava que não estaria em “muito grande evidência e poderei um bocado mais refazer o meu jardim”. De qualquer modo, ele declarava sua gratidão a todos que estavam preocupados com ele, sem deixar de reiterar que era a “mais leal das verdades” que ele preferia o “lugar modesto no Instituto do livro”. Mario de Andrade justificava a sua solicitação, afirmando: “[s]ou solteiro, não preciso ordenado farto, e fico, aí, mais próximo de mim mesmo”²⁹. Meses depois, Mario de Andrade foi designado para a chefia da Seção da Enciclopédia Brasileira e do Dicionário da Língua Nacional.

Uma vez a frente da Seção da Enciclopédia e do Dicionário, Mario de Andrade elaborou um “anteprojeto”, não para o dicionário, mas para a enciclopédia brasileira. O “anteprojeto” de Mario de Andrade era contraposto ao projeto de uma enciclopédia que seria produzida, pelo então Instituto Cairu, criado pelo artigo 44 da lei 378, de janeiro de 1937, para abrigar a comissão encarregada do trabalho. Do comitê do Instituto Cairu faziam parte, Rodolfo Garcia, presidente da Biblioteca Nacional, Luís Camilo de Oliveira Neto, diretor da Casa de Rui Barbosa e Alceu Amoroso Lima, presidente da Ação Católica³⁰.

O plano de Mario de Andrade teve duas versões, uma que seguiu para o Ministro Gustavo Capanema, em 1939, outra publicada em *O Observador Econômico e Financeiro*, nº 48, em janeiro de 1940. Na verdade, a enciclopédia projetada por Mario de Andrade nunca foi executada. Em 1958, Alarico da Silveira lançou o tomo primeiro de uma *Enciclopédia brasileira*, mas que em nada se assemelhava ao que pretendia Mario de Andrade, apesar de, na companhia de seu secretário particular, ele ter visitado Silveira antes de sua morte em 1945 para falar do projeto por recomendação de Augusto Meyer, diretor do INL³¹.

Ao encomendar o projeto da enciclopédia, Meyer sabia que ela representaria uma possibilidade de concretizar um dos planos mais caros de Mario de Andrade, do qual ele

²⁸ Correspondência de Mário de Andrade com Carlos Drummond de Andrade. São Paulo, 15 de junho de 1938. Avulso – Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

²⁹ Idem, *ibidem*.

³⁰ Ricardo Oiticica. “Tortuosas linhas: um histórico do Instituto Nacional do Livro”. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. vol. 116, 1996. Rio de Janeiro: A Biblioteca, 1999. pp.147-153. Esse texto introduz o inventário dos documentos do INL, da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional, identificados e descritos por Vera Lúcia Miranda Faillace. pp. 154-185.

³¹ Mario de Andrade. *Enciclopédia brasileira*. São Paulo: Editora Giordano; Edições Loyola; Edusp, 1993. pp. xix-xxviii. Vale consultar a respeito da Enciclopédia de Mario de Andrade e do Instituto Nacional do Livro: Ricardo Oiticica. *O Instituto Nacional do Livro e as ditaduras: academia brasileira dos rejeitados*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica/RJ, 1997.

soubera ainda em 1930, quando o poeta paulista escreveu-lhe falando em realizar uma “Gramatiquinha da Fala Brasileira”³². O desejo de revolucionar a linguagem e a língua nacionais, com seus usos brasileiros, somava-se com a preocupação em melhorar a instrução do homem do povo brasileiro.

O interesse de iluminar a mente dos homens, revelando os mecanismos de aquisição de saber, expresso no anteprojeto de 1939, apesar de revelar um intuito assemelhado ao projeto de Denis Diderot, em sua *Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* do século XVIII, teve sua inspiração e seu modelo retirados antes das enciclopédias *Britannica*, *Italiana*, *Jackson* e *Brockhaus*. As referências de Mario de Andrade para sua Enciclopédia eram, sobretudo, a *Britannica*, a *Italiana* e a *Brockhaus*, sendo nelas que ele se apoiou para sugerir os critérios de composição de subtítulos dos verbetes, elenco de bibliografia e assuntos, assim como a constituição das comissões técnicas da edição nacional³³.

Ainda que o anteprojeto da Enciclopédia Brasileira guardasse como parâmetros essas publicações estrangeiras, ela deveria, segundo seu proponente, ser condizente com as exigências nacionais, sendo, por exemplo, financeiramente acessível aos “lares operários”. Nesse sentido, Mario de Andrade não deixou de observar a importância de que a enciclopédia fosse publicada pelos “poderes públicos”: “[o]ra, num país de nível econômico não muito elevado, são pouco numerosos os lares que se podem munir de bibliotecas verdadeiramente representativas do conhecimento geral”. Em vista de não ter o Estado “as mesmas necessidades de compensações de gastos de uma empresa particular”, segundo Andrade, a publicação poderia “ser vendida a preço de custo, ou mesmo um pouco inferior, compensando o país com o beneficiamento de cultura que ela prestará”. Desse modo, o “ideal” era constituir uma ótima enciclopédia e “vendê-la por tal menor preço e com tais facilidades de pagamento que ela possa viver nos lares operários”³⁴.

As exigências nacionais traduziam-se ainda, no limiar do plano básico de sua proposta, por duas perguntas, as quais deveriam orientar a proposição de qualquer enciclopédia: a quem ela deve servir e qual o seu caráter cultural. A reprodução das palavras do próprio Mario de Andrade vale pelo diagnóstico que ele fazia da sociedade e da cultura nacionais, além da explicitação da diretriz multivalente de sua proposta:

Em qualquer dos dois sentidos, o Brasil se vê em circunstâncias bastante distintas dos países que têm já produzido grandes enciclopédias nossas conhecidas. Somos um país de muito pequena elite cultural, larga massa camponesa analfabeta e populações urbanas irregularíssimas em sua cultura. A população dos alfabetizados tende a crescer, sobretudo nas cidades, e faz-se de grande urgência servi-lhe às necessidades gerais e técnicas de conhecimento intelectual. E é incontestável que a produção literária, tanto nacional como portuguesa, de livros e manuais técnicos de artes e ofícios, é quase nula, principalmente como valor, de forma que as classes dos artífices e operários em geral não encontram onde alimentar e desenvolver intelectualmente o conhecimento dos seus ofícios, e sequer a sua cultura geral.

³² Carta de Mario de Andrade a Augusto Meyer em junho de 1930. In: Lygia Fernandes. *Mario de Andrade escreve cartas a Alceu, Meyer e outros*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1968. p. 76. Apud, Flávia Camargo Toni. “Introdução”. In: Mário de Andrade. *A Enciclopédia Brasileira*. São Paulo: Edusp; Loyola; Giordano, 1993. p. xix.

³³ Idem, *ibidem*. p. xxiv.

³⁴ Mario de Andrade. *Ob.cit.* pp. 4-6.

Por outra parte, o homem alfabetizado, ainda por essa mesma deficiência de livros técnicos em língua nacional, desde que avança pelos estudos secundários tende a aprofundar o seu conhecimento de uma ou mais línguas estrangeiras, de modo a suprir com literatura estranha o que a língua do país não lhe fornece. É raríssimo, se é que existe, no Brasil, o homem dedicado a qualquer ramo da cultura superior, que não conheça pelo menos uma língua, além da materna.

Diante dessas considerações, imagino que a *Enciclopédia Brasileira* não terá o máximo de utilidade e alcance que merece ter o esforço de sua criação e pedem as circunstâncias nacionais, se for muito fixada, tanto quanto à classe a que se dirigir, como em seu critério conceutivo geral³⁵.

Desse modo, em sua concepção geral, a *Enciclopédia Brasileira* deveria ser “obra de caráter misto”, sendo capaz de, “conforme o assunto, se dirigir à classe que este assunto diretamente interesse, e a todas as classes ser útil”. Enfim, segundo sua orientação de público e caráter cultural, a proposta de enciclopédia feita por Mario de Andrade abrangia “todas as camadas de cultura de leitores possíveis, dando a cada assunto ou verbete um peso cultural diverso, de acordo com a sua própria área intelectual de vida”³⁶.

Se o peso cultural da enciclopédia deveria ser diverso, seu “peso nacional” deveria ser inequívoco. Afinal, se não era legítimo, naquela “situação do país”, ter a “ambição de criar uma enciclopédia brasileira da importância cultural universal das grandes enciclopédias existentes nos países mais favorecidos por uma cultura mais tradicional”, a “validade incomparável” de uma *Enciclopédia Brasileira* era medida por quanto ela contivesse de “conhecimentos a respeito da coisa brasileira”. “Só por este critério é que a nossa enciclopédia terá uma funcionalidade nacional mais legítima, bem mais profunda e fecunda”. Aliás, só por este critério, afirmou Mario de Andrade em sua proposta, “ela poderá adquirir uma validade universal”. Assim, contendo “propositadamente desproporcionado conhecimento da coisa nacional” era que a *Enciclopédia Brasileira* seria “útil e necessária nos países estrangeiros já dotados de enciclopédias magníficas”. Nessa perspectiva, segundo o Chefe da Seção da Enciclopédia Brasileira e do Dicionário da Língua Nacional, “[s]emelhante contribuição será um complemento brasileiro das enciclopédias estrangeiras, e o melhor recenseamento enciclopédico do que somos e do que já fizemos para a cultura e vida humanas”³⁷.

A desproporção que ocasionaria dar vinte linhas para Pedro o Grande e quarenta para a Imperatriz Leopoldina, ou uma monografia de igual tamanho para a China e para o Acre, estava, então, justificada. Péssima, entretanto, seria a dupla desproporção causada pela desproporcionalidade também do conhecimento acumulado sobre os “assuntos nacionais”. O que era inevitável em vista do estágio coetâneo de “nossa cultura” uma vez que se decidiu por “ajuntar aos verbetes um vasto peso nacional”. Era necessário, contudo, “evitar um excesso de desarmonia”, escrevia Andrade, tanto por ser prejudicial à integridade da obra, como pelo “desserviço que poderá nos causar no estrangeiro”.

³⁵ Idem, *ibidem*. pp. 12-13.

³⁶ Idem, *ibidem*. pp. 20 e 24.

³⁷ Idem, *ibidem*. pp. 26 e 28.

Do mesmo modo, acumulavam-se “dúvidas sobre as biografias de brasileiros vivos a figurarem na obra”, “terminologia nacional de artes e ofícios”, “abrasileiramento lingüístico de termos exóticos”: tudo coisa a ser resolvida pela “autoridade maior de uma comissão especial” – uma “comissão de intelectuais brasileiros”, a qual Mario de Andrade propunha que respondesse pela multiplicidade de problemas envolvidos na urdidura de tal empreendimento³⁸.

Proponho o acompanhamento das palavras de Andrade para que se perceba seu balanço da desproporção do acúmulo de conhecimento sobre a coisa brasileira até então conquistado.

Com efeito, se a cultura nacional já está ricamente desenvolvida quanto ao conhecimento histórico-político ou histórico-literário brasileiro; se já muito sabemos sobre a nossa geografia e outros assuntos, não há dúvida que quase nada sabemos sobre a história das artes plásticas e da música coloniais, muito ignoramos do nosso folclore, especialmente quanto à cultura material, e muito pouco da nossa etnografia quanto à concepção social de clãs e fratrias.³⁹

Esse balanço, mais que um diagnóstico, parece propor quase que um programa de desenvolvimento de estudos brasileiros. Programa, aliás, que não é exagero pensar, Mario de Andrade já havia iniciado, quando vêm à mente as iniciativas como a da Sociedade de Etnografia e Folclore, fundada por ele em 1936, agregando ainda o casal Claude e Dina Lévi-Strauss, os estudos da Missão de Pesquisa Folclórica do Norte e Nordeste, bem como seus estudos sobre a música e as artes plásticas brasileiras. Todavia, no que tange ao escopo do interesse próprio aos meus comentários neste texto, sublinho o horizonte de um projeto geral para a formação não apenas de indivíduos como também da entidade e da identidade nacional brasileira que encerra a proposição desta enciclopédia assim definida.

Nesse sentido, não parece ocioso acentuar o comentário de Mario de Andrade sobre a definição e a natureza dos verbetes que comporiam a *Enciclopédia Brasileira*, os quais em princípio deveriam poder ser lidos e compreendidos “por qualquer pessoa de cultura muito mediana”; ainda que, a “elasticidade deste princípio de compreensão” devesse ser determinada para cada caso. Era certo, no entanto, que “[o] caráter prático e educativo dos verbetes-monografias” seria “exigido sistematicamente nos assuntos que, de alguma forma, possam ser, além de culturalmente, praticamente úteis às pessoas das classes trabalhadoras”, como, por exemplo, todos os assuntos referentes a “artes e ofícios”, “pequenas indústrias” e “ciências aplicadas”. Não é de somenos importância também que Andrade usasse como exemplo dos assuntos cultural e praticamente úteis às pessoas das classes trabalhadoras, um verbete tão caro aos debates pedagógico-educativos de então, principalmente, quando se lembra que o âmbito institucional de sua proposta era o Ministério da Educação e da Saúde Pública, qual seja: puericultura. Tema sobre o qual ele dava a seguinte diretriz de tratamento, adiantando que importa menos o conhecimento

histórico do assunto ou o recenseamento de nomes ou instituições: “antes, a

³⁸ Idem, *ibidem*. pp. 30-32.

³⁹ Idem, *ibidem*. p. 30.

monografia constituirá um verdadeiro manual que oriente as mães operárias e da pequena burguesia, lhes ensine a higiene e as boas normas da maternidade e tratamento dos filhos”⁴⁰.

Latejam na passagem as restrições de gênero relativas ao papel social da mulher na instituição moral da maternidade, as associações de cunho cientificista e não fundamentadas entre higienismo e *mores* social, além das percepções de que o cultivo pedagógico da infância garantiria o progresso social da nação. Mas, sobretudo, no projeto de Mario de Andrade como um todo emergem questões caras ao debate intelectual sobre a educação brasileira há pelo menos quatro décadas, como sejam: o problema da educação popular e da instrução para o trabalho e profissão; o papel da esfera pública através do Estado como promotor das iniciativas e dos projetos educacionais e/ou instrucionais; a função dos intelectuais na criação dos parâmetros, das diretrizes e dos fundamentos de o que, como, onde, quando e a quem se deve ensinar.

Por fim, ao encerrar, penso ter sido possível sugerir a importância investigar os projetos do Instituto Nacional do Livro, conforme propostos por Sergio Buarque de Holanda e Mario de Andrade, tendo sido eles efetivados ou não. Pelo menos, na medida em que se pretenda ter em conta, por um lado, a importância da dimensão educativa na especulação crítica desses escritores sobre a formação da entidade nacional, forjada sobre uma pretensão de engajamento intelectual que pretendia dar conta das imbricações, justaposições e inter-relações subsumidas no sistema complexo e dinâmico da identidade brasileira. E, por outro, vislumbrar sua atuação e as possibilidades de influir na determinação das diretrizes da educação e do ensino públicos brasileiros.

Referências

- ANDRADE, Mario de. *Enciclopédia brasileira*. São Paulo: Editora Giordano; Edições Loyola; Edusp, 1993.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdad y método: fundamentos de una hermenêutica filosófica*. Salamanca: Sígueme, 1977.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.
- OITICICA, Ricardo. “Tortuosas linhas: um histórico do Instituto Nacional do Livro”. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. vol. 116, 1996. Rio de Janeiro: A Biblioteca, 1999.
- _____. *O Instituto Nacional do Livro e as ditaduras: academia brasileira dos rejeitados*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica/RJ, 1997.
- SCHWARTZMAN, Simon *et alli*. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra; FGV, 2000.

*Recebido em agosto de 2011
Aprovado em novembro de 2011*

⁴⁰ Idem, *ibidem*. pp. 42-43.